

O fomento e o fortalecimento do diálogo, o segundo como forma de chegar ao primeiro e todos acompanhados de mais ingredientes como desoneração e simplificação, foram pontos destacados por autoridades e lideranças de nosso sistema no Encontro Regional Sudoeste 2015, realizado ontem em São Paulo, presentes mais de 250 dirigentes e profissionais de associadas. Falando no painel de abertura do evento, o Secretário de Políticas de Previdência Complementar, Jaime Mariz, disse acreditar que a permissão para que os participantes de planos instituídos possam, em caso de emergência financeira, passar a sacar parte de suas reservas venha a ser aprovada já na próxima reunião do CNPC, ainda sem data para acontecer. Já o titular da Previc, Carlos de Paula, adiantou a intenção da autarquia de fazer com que as instruções normativas passem a ser antecedidas de uma consulta pública, como forma de aumentar a segurança normativa. Ambos, Mariz e de Paula, mostraram ver tais iniciativas como fomentadoras.

Com igual espírito, falando no mesmo painel de abertura, voltado para o tema “Como Formar Maior e Melhor Poupança Estável de Longo Prazo”, o Presidente da Abrapp, José Ribeiro Pena Neto centrou a sua fala em três aspectos, o primeiro de ordem estratégica, chamando a atenção para o fato de que as atuais dificuldades, de um lado, e a existência de termos neste momento no governo tantos interlocutores que são conhecedores da previdência complementar e de seu potencial, a começar dos ministros Carlos Gabas (Previdência), Nélson Barbosa (Planejamento) e Joaquim Levy (Fazenda), da mesma forma como Mariz e de Paula, funcionam como um convite para que “pensemos estrategicamente e coloquemos o nosso sistema na agenda do País como parte da solução e não do problema”.

Mapeamento - José Ribeiro adiantou também que está nos planos a realização de uma pesquisa, cujos resultados serão divulgados no 36º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, em outubro, em Brasília, no intuito de se produzir o mais amplo mapeamento das necessidades que precisam ser atendidas para chegarmos ao fomento desejado. O objetivo é dispormos de um diagnóstico nunca antes tentado com essa abrangência, de maneira a que possamos planejar com base em uma realidade melhor conhecida. Por outro lado, reconheceu que não basta buscar o fomento olhando o futuro, uma vez que para alcançá-lo há questões práticas a serem resolvidas antes. Citou como primeira a solvência, que pede novas regras, aguardadas desde o ano passado, inclusive como forma de completar a obra iniciada em novembro de 2014 com o novo regramento que veio reger a precificação de ativos e passivos.

As mudanças, disse José Ribeiro, devem alcançar também com maior urgência a tributação, que hoje privilegia as grandes empresas e os trabalhadores de maior renda, deixando de fora as pessoas jurídicas menores, que atuam sob o regime do lucro presumido, e os contribuintes que declaram o IR pelo modelo simplificado. Da mesma forma, urgente é também a questão do patrimônio de afetação, como resposta ao risco que existe hoje de, através de decisões judiciais, obrigações serem transferidas de um plano para outro administrado pela mesma entidade.

Ato regular - Nélia Pozzi, presidente do Sindapp, apontou a defesa de atuais e antigos dirigentes, em seus atos regulares de gestão, como sendo a maior das preocupações do Sindicato, até porque a seu ver tal regularidade ajuda na defesa perante o órgão recursal. Destacou os valores éticos e o padrão de governança como elementos no esforço de fomento.

“A ética é uma bandeira permanente do Sindapp, porque não há como defender atos antéticos”, salientou Nélia, para quem todo o rigor deve estar reservado aos que cometem atos não regulares. Mas só para estes, porque para os demais recomenda-se uma revisão do Decreto 4942, que já não reflete, por exemplo em sua falta de dosimetria, os avanços obtidos pelo sistema em suas práticas de gestão e controles.

Convênio - Já o Presidente do ICSS, Vitor Paulo Camargo Gonçalves, anunciou a assinatura de um convênio entre o Instituto e a UniAbrapp, no intuito de simplificar o processo de certificação para os

profissionais inscritos em cursos de nossa universidade corporativa.

Anunciou, ainda, que logo começarão a revisão dos processos internos do ICSS e a atualização do Banco de Questões que serve à certificação. No mesmo intuito, o Portal do Instituto ganhará uma nova tecnologia, de maneira a propiciar o uso de novos aplicativos, entre outros benefícios que serão trazidos.

Vitor Paulo salientou a sua convicção de ser a certificação fruto de uma educação continuada, de um permanente esforço de qualificação. “Mas que não pode ser usada como barreira de entrada, para não tirar o dinamismo dos processos eleitorais”.

Ao atuar como mediador nesse painel de abertura, o Diretor Jurídico da Abrapp, Luis Ricardo Marcondes Martins, salientou a força de nosso sistema, que paga todos os anos perto de R\$ 30 bilhões em benefícios, e que através dos fundos instituídos e dos servidores reencontra o caminho do fomento.

Metade da poupança - Jaime, de sua parte, notou que o Brasil exibe hoje um nível de poupança interna que é menos da metade, por exemplo, que a da Índia, entre as nações emergentes aquela que maior crescimento do PIB vem experimentando. Daí que no caso brasileiro o tema do fomento da poupança previdenciária é totalmente oportuno. E não apenas isso como, acredita Jaime, devem ser festejadas previsões como a que situa a Funpresp (em suas duas vertentes, a do Judiciário e a do Executivo/Legislativo) como o maior fundo de pensão do País no prazo de 30 anos à frente. Adiantou que o governo gaúcho já começa a planejar a sua previdência complementar para os servidores estaduais, juntando-se a 10 outros estados que caminham na mesma direção e sem esquecer os cinco outros em que os fundos já estão funcionando.

“O Brasil precisa dos fundos de pensão para proteger os seus aposentados e ampliar a sua poupança interna”, observou Jaime, segundo quem o Ministro Gabas já está convencido de que para se construir esse futuro melhor é imprescindível uma equiparação nas regras das entidades fechadas e abertas.

Algo que é muito positivo mas talvez insuficiente hoje. Nesse ponto, o Superintendente-geral da Abrapp, Devanir Silva, observou que um sistema que forma poupança por décadas e paga benefícios a mais de 700 mil brasileiros e, todos os anos, promove solenidade homenageando os seus centenas de milhares de aposentados, precisa ser valorizado, recebendo um tratamento adequado, que qualifique a sua vocação previdenciária.

Caráter previdenciário - Uma constatação que reforça o caráter previdenciário de nosso sistema, em oposição a uma alternativa que cada vez mais se mostra uma aplicação puramente financeira.

Por sua vez, Carlos de Paula notou que embora os fundos multipatrocinados sejam um formato que deva ser valorizado para recepcionar novas patrocinadoras e empresas menores, não se pode desistir do objetivo de continuar incrementando o número de patrocinadoras de entidades.

“Devemos lutar para manter o estoque”, resumiu de Paula, que ainda anunciou estar a Previc ingressando na segunda etapa de implementação da supervisão baseada em risco. Esta nova fase terá como uma de suas marcas, informou, um maior alinhamento entre os procedimentos seguidos pelos vários escritórios regionais da autarquia.

Painéis - No painel jurídico, sobre o tema “Agenda Prioritária do Judiciário e a Gestão Preventiva do Contencioso”, os expositores foram Fábio Lucas de Albuquerque Lima, Procurador-Chefe da Previc, e Roberto Messina, Advogado Sócio do escritório Messina Martins e Lencioni Advogados Associados, e mediador José de Souza Mendonça, Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos da Previdência Complementar (CEJUPREV).

Mendonça abriu esclarecendo o papel do CEJUPREV, que é principalmente o de ajudar a disseminar

a melhor doutrina sobre os temas jurídicos que nos interessam mais de perto. Nesse sentido, explicou já ter promovido desde o ano passado quatro mesas-redondas, cada uma com a presença de perto de uma centena de advogados. A próxima irá acontecer em 17 de junho.

Messina sublinhou a contribuição do CEJUPREV para um maior esclarecimento dos magistrados, algo que no seu entendimento já se reflete no maior número de decisões favoráveis às entidades.

Messina ainda abordou o papel do advogado moderno, saindo da atitude de agir no litígio, buscando atuar mais na prevenção, conciliação e mediação.

Na mesma ideia, Fabio Lucas reforçou a importância da conciliação, mediação e arbitragem, destacando o papel da CMCA (Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc) nesse sentido. Apresentou os princípios e objetivos da CMCA e seus integrantes, bem como o seu funcionamento. Oferece independência, imparcialidade e confidencialidade.

No painel sobre “Solvência de Planos de Benefícios, Compartilhamento de Riscos e seus Efeitos na Gestão das EFPCs”, os expositores foram Sílvio Rangel Silveira, Coordenador da CT Ad Hoc de Precificação de Ativos, Passivos e Solvência de Planos da Abrapp, Antônio Fernando Gazzoni, diretor-presidente da Gama Consultores Associados, e José Roberto Ferreira, diretor de Análise Técnica da Previc, sendo coordenador o Vice-presidente do Sindapp, Jarbas de Biagi. Este último destacou a necessidade de contarmos com “regras claras e seguras”.

Sílvio fez uma ampla exposição, que arrematou apresentando uma síntese das sugestões da Abrapp relativamente à solvência. No que diz respeito ao equacionamento de déficits, o que defendemos é dar ao déficit um tratamento proporcional ao duration do planos (Limite = 1% x duration do plano, sendo que o limite de déficit se reduz com a diminuição do duration, num mecanismo autoajustável).

Ao mesmo tempo, notou Sílvio, a adequação do limite do déficit torna desnecessário que haja um gatilho. Na hipótese de não eliminação, defendemos que se adote o entendimento de déficits do exercício consecutivos, com prazos de gatilho proporcionais ao duration.

Havia, lembrou Sílvio, a expectativa de que o debate a esse respeito seria concluído até fins de março e que, logo em seguida, viria uma decisão no âmbito do CNPC. Como tal não se confirmou, concluiu Sílvio, “existe a necessidade de retomar o debate, com vistas ao consenso sobre diagnóstico e solução para essa questão”.

Atuário, Gazzoni analisou Portaria de três dias atrás e que trouxe as curvas das taxas de juros parâmetro a serem aplicadas pelas entidades em 2015. “Ficou evidente o acerto de termos trabalhado com taxas suavizadas, adequadas aos diferentes momentos, sem a necessidade de se ficar revendo as normas a todo o momento”, observou.

Gazzoni retomou as propostas da Abrapp relativamente à solvência, explicando que, no lugar da regra atual que fala hoje em limite de déficit de 10% e de reserva de contingência de 25% das provisões em BD de todos os planos previdenciais, sugerimos limites de solvência variando de acordo com a duração do passivo. Ao invés da redação atual com gatilho aos 3 anos consecutivos para equacionamento de déficits abaixo do limite de 10%, o que desejamos ver no lugar é a dispensa do gatilho, pois o limite iria variar com a duração do passivo.

Propomos ainda a troca da regra por um prazo compatível com a duração do passivo, mas não limitado a este.

Gazzoni lembrou entender a ABRAPP como necessária, relativamente à solvência, uma proposta estrutural, sem casuismos, que vise regras que reconheçam a individualidade dos planos. “Neste contexto, é necessário termos regras de solvência “positiva” ou “negativa”, de forma a observar

critérios similares", sinalizou.

Gazzoni abordou também a questão do compartilhamento de riscos, observando ao concluir que o que se busca é outorgar às entidades a autorização para terceirizar alguns riscos do passivo, possibilitando adotar alternativas de proteção além das já existentes.

Observou, por conta disso, que a Abrapp entende como necessário que se avalie os impactos da contratação de um seguro, elaborando estudos específicos de viabilidade e devendo a operação ser comunicada a PREVIC. Concluiu a sua apresentação notando que um fundo previdencial pode se apresentar nesse caso como alternativa de proteção.

O evento de São Paulo teve como patrocinadores a BlackRock, BRAM - Bradesco Asset Management, Cetip, Ecoagro, Itaú, Oceana Investimentos e Infra.

Fonte: [Abrapp](#), em 17.04.2015.